



MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

1/3

Relatório da Administração

O ano de 2020 foi um ano desafiador. As medidas de isolamento e distanciamento social impostas para o enfrentamento da pandemia do Covid-19 afetaram diretamente as atividades de vários setores da economia, sendo o setor de entretenimento um dos mais afetados, impactando direta e indiretamente diversas empresas que compõem a cadeia produtiva do segmento. A Companhia iniciou o exercício de 2020 com ótimas perspectivas e com projeção de receita operacional acima do exercício anterior. Mas com a evolução da pandemia, e a consequente paralisação do futebol (inclusive com público) e do setor de eventos em geral, sua receita operacional reduziu drasticamente.

No que tange ao principal entretenimento abrigado pela Minas Arena, o futebol, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) suspendeu, no dia 16 de março de 2020, as competições nacionais

em andamento sob sua coordenação, como a Copa do Brasil, Campeonatos Brasileiros Femininos A1 e A2, Campeonato Brasileiro Sub-17 e Copa do Brasil Sub-20. Com base nesta decisão, a Federação Mineira de Futebol também suspendeu, no mesmo dia, a primeira e a segunda divisões do Campeonato Mineiro. Após meses de paralisação, o retorno do Campeonato Mineiro ocorreu no dia 26 de julho de 2020. Porém, a retomada dos jogos se deu sem que houvesse a participação do público, sendo as partidas realizadas com portões fechados, presença de equipes reduzidas e sob rígidos protocolos sanitários.

Considerando os demais eventos, a ruptura foi semelhante. Desde o início da operação do estádio, a Minas Arena, registra contínuos e eficientes aprimoramentos na exploração deste segmento específico, com capacidade de realização de eventos simultâneos e concomitantes à

realização de partidas de futebol. Em 2019, a Minas Arena, atingiu o patamar recorde de 231 eventos, com uma movimentação de mais de 800 mil pessoas, enquanto que, no ano de 2020, os eventos realizados somaram apenas 61, com público total de pouco mais de 100 mil pessoas. No entanto, mesmo com todas as restrições e dificuldades impostas pela pandemia, durante o período no qual não havia jogos de futebol nem eventos sendo realizados no Estádio, a equipe responsável pela operação e manutenção do Complexo do Mineirão continuou realizando atividades, assegurando a conservação do ativo. Para isso, fez-se necessária a adoção de protocolos sanitários e medidas emergenciais, visando minimizar ao máximo eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, parceiros e comunidade.

A Administração da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)						
	Notas	31/12/2020	31/12/2019	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante				Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.228	17.009	Fornecedores	10	3.736
Ativo financeiro de concessão	5	97.643	101.702	Empréstimos e financiamentos	11	39.779
Contas a receber de clientes	6	6.694	12.422	Obrigações e encargos trabalhistas	-	1.402
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.594	1.635	Impostos e contribuições a recolher	-	1.565
Adiantamentos a fornecedores	-	572	628	Adiantamento de clientes	16	11.570
Estoques	-	850	1.042	Receitas diferidas	-	2.515
Títulos e valores mobiliários	14	3.817	-	Outras obrigações	-	315
Outros ativos	-	1.939	1.492			
		126.337	135.930	Passivo não circulante		
Ativo não circulante				Empréstimos e financiamentos	11	137.105
Ativo financeiro de concessão	5	376.058	423.151	Tributos diferidos	12	12.406
Contas a receber de clientes	6	27.321	36.652	Partes relacionadas	13	10
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.189	1.145	Provisão para riscos	14	58
Outros ativos	-	672	401	Receitas diferidas	-	4.945
		405.240	461.349	Outras obrigações	-	382
				Total do passivo		
Imobilizado	8	1.802	2.154	Patrimônio líquido	15	
Intangível	9	31.729	33.459	Capital social	-	246.405
		438.771	496.962	Reserva de lucros	-	102.915
Total do ativo		565.108	632.892	Total do passivo e patrimônio líquido		565.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de subvenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	246.405	7.853	135.241	-	389.499
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.770	16.770
Constituição da reserva legal	-	839	-	(839)	-
Transferência para reserva de subvenção	-	-	15.931	(15.931)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(29.000)	-	(29.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	246.405	8.692	122.172	-	377.269
Prejuízo do exercício	-	-	-	(949)	(949)
Absorção do prejuízo	-	-	(949)	949	-
Distribuição de dividendos	-	-	(27.000)	-	(27.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	246.405	8.692	94.223	-	349.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Minas Arena ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Antonio Abrahão Caram, 1001 - Pampulha, Belo Horizonte - MG. A Companhia foi constituída em 13 de dezembro de 2010 com o objeto social específico e exclusivo a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto (Estádio ou Mineirão) e as áreas conexas ao Estádio, precedidas de obras de reforma, renovação e adequação, podendo ainda explorar fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, conforme edital de licitação concorrência nº 02/2010-SEPLAG/MG, publicado pelo Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), e nos termos do contrato de concessão administrativa (contrato de concessão). A Companhia é controlada em conjunto pela Construção CCPS - Engenharia e Comércio S.A., pela Egessa Engenharia S.A. e Hap Engenharia Ltda.

2. Contrato de concessão

O Contrato de Parceria Público Privado (PPP), na modalidade de concessão administrativa para reforma e operação do Mineirão, foi firmado em 21 de dezembro de 2010, entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - (SEPLAG) (Poder Concedente) e a Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. (concessionário). O prazo de concessão é de 27 anos. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012.

A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na reforma do Mineirão, não coberto totalmente pela contraprestação pública. Consequentemente, a concessionária explora economicamente o estádio e os bens móveis e imóveis que o integram. A referida obra preenche os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, que recebeu tanto as partidas da Copa do Mundo de 2014, quanto as Olimpíadas de 2016.

A emissão dessas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 01 de março de 2021.

1.1 - Covid-19

Tendo em vista a situação de emergência em saúde pública ocasionada pelo Novo Coronavírus ("COVID-19"), cuja doença causa infecções respiratórias e foi classificada pela Organização Mundial de Saúde - OMS como uma pandemia global, bem como a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN - em decorrência da Infecção Humana pelo COVID-19 - formalizada pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 188/2020, fez-se necessária a adoção de medidas extraordinárias, pela Companhia, visando minimizar ao máximo eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidade, e a continuidade das operações e dos negócios. A Companhia realizou uma série de ações, que envolveu: (i) renegociações junto a fornecedores; (ii) renegociações comerciais com clientes para alongamento de prazos, e (iii) apesar da grave crise, a Companhia manteve seu quadro de colaboradores, alocando parte da equipe em home office, entre os meses de março e setembro, parte em regime especial de compensação de jornada, por meio de banco de horas "MP 936" e ainda mantendo um quadro mínimo de colaboradores presenciais afim de manutenção do estádio, observando criteriosamente todas as normas e determinações das autoridades públicas e de saúde. A partir do dia 26/07/2020 o estádio voltou a receber partidas de jogos dos campeonatos Mineiro e Brasileiro, sem a presença do público e atendendo estritamente aos protocolos estabelecidos pela FMF e CBF.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. No caso de utilização de contas garantidas, o saldo apresentado líquido na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando existentes, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Ativos financeiros - classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos e passivos ao custo amortizado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Nos períodos apresentados, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

2.4.2. Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência.

2.4.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD ou impairment).

2.6. Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. Ativos intangíveis

São registrados como ativos intangíveis as benfeitorias nos bens de terceiros realizadas após a conclusão das obras do Mineirão e que poderão vir a ser reversíveis ao poder concedente no final do contrato. Os ativos intangíveis são amortizados pelo prazo de duração do contrato de concessão firmado entre a Minas Arena e o Poder Concedente.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	17	41.801	66.708
Custos dos serviços prestados	18	(15.861)	(21.552)
Lucro bruto		25.940	45.156
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(12.890)	(16.118)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	207	2.649
		(12.683)	(13.469)
Lucro operacional		13.257	31.687
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	691	15.276
Despesas financeiras	19	(14.674)	(26.046)
		(13.983)	(10.770)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(726)	20.917
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(223)	(4.147)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(949)	16.770
Quantidade de ações (em milhares)		8.214	8.214
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação		(0,12)	2,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(949)	16.770
Resultados abrangentes do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(949)	16.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(726)	20.917
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação e amortização	2.670	2.328
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	11.755	18.762
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	(40.299)	(43.535)
Tributos diferidos	86	965
Receitas diferidas	(969)	6.370
Variação taxa TJLP sobre financiamentos	-	753
Resultado na baixa de imobilizado	85	65
Reversão perdas esperadas	-	(88)
Reversão provisão contingência	(187)	(104)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Ativo financeiro de concessão	91.451	97.196
Contas a receber de clientes	15.059	(25.826)
Adiantamentos a fornecedores	56	(461)
Títulos e Valores Mobiliários	(3.817)	-
Impostos e contribuições a recuperar	(3)	5.323
Estoques	192	(256)
Outros ativos	(718)	(916)
Fornecedores	309	1.210
Obrigações e encargos trabalhistas	136	(154)
Impostos e contribuições a recolher	924	(1.180)
Adiantamento de clientes	(2.361)	3.328
Outros passivos	(316)	181
Caixa gerado pelas operações	73.327	84.878
Juros pagos	(12.111)	(18.869)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	61.216	66.009
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de imobilizado	(578)	(225)
Adições de intangível	(95)	(362)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(673)	(587)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(230.324)	(39.045)
Captação de empréstimos e financiamentos	193.000	-
Dividendos	(27.000)	(32.763)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(64.324)	(71.808)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(3.781)	(6.386)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	17.009	23.395
No final do exercício	13.228	17.009
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(3.781)	(6.386)
Informações complementares:		
Transações que não envolvem caixa:		
Contas a receber de clientes	-	5.030
Receitas diferidas	-	(5.030)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de eventuais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.



MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

2/3

o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

2.15. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.16. Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

a) Receita de serviços
A receita de prestação de serviços relacionados a operação e exploração do Mineirão, como a realização de eventos, atividades esportivas (jogos de futebol), cessão de uso do espaço (shows), serviços de veiculação de publicidade nos telões localizados no estádio e outras decorrentes da exploração das fontes de receita do Estádio é reconhecida no período em que os serviços são prestados, utilizando o regime de competência.

b) Receita financeira
A receita financeira decorrente do ativo financeiro é reconhecida pelo método linear com base no tempo e taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva foi apurada com base no fluxo de caixa descontado considerando os desembolsos efetuados para execução das obras de reforma, renovação e adequação do Mineirão e os recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de concessão.

c) Receita diferida
A receita diferida é reconhecida quando das vendas de camarote ou cadeiras por temporada, bem como contratos de patrocínios.

Assim, a cada mês na realização das receitas efetivas, efetua-se a apropriação da receita nas contas de resultado pertinentes pelo valor correspondente fração do período de cada contrato.

2.17. Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis.
Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1 de janeiro de 2020, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes:

- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. O pronunciamento foi revisado e traz novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. A Administração avaliou essas alterações e não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de materialidade. As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, em informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. A Administração avaliou essas alterações e não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência. As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. A Administração avaliou essas alterações e não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios. As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. A Administração avaliou essas alterações e não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19. Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento. As alterações prevêm concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. A Administração avaliou essas alterações e não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- Referências à Estrutura Conceitual
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41)
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Ativo financeiro de concessão
A Companhia reconheceu o "Ativo financeiro de concessão" com base em fluxo de caixa descontado que considera os desembolsos feitos na construção do Estádio e os valores estimados a receber do Poder Concedente relativos ao ressarcimento desses investimentos, conforme previsão contratual. A Taxa Interna de Retorno (TIR) foi apurada pelo fluxo de desembolsos (custo da construção) e entradas estimadas.

A TIR apurada será aplicada sobre o valor presente do "Ativo financeiro de concessão" para reconhecimento da receita financeira sobre o referido ativo.

Na projeção das parcelas futuras a receber do Poder Concedente, foram utilizados os critérios previstos contratualmente (TJLP e IPCA, conforme aplicável a cada parcela). A estimativa futura desses índices foi efetuada com base em informações de mercado na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	3	17
Aplicações financeiras	13.225	16.992
Total	13.228	17.009

As aplicações financeiras em Certificados e Depósitos Bancários (CDB) possuem rendimentos atrelados à taxa de 99,39% e 99,34% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2020 (2019 - 97,5% e 99,5%). Estas aplicações são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. Os prazos para resgate são imediatos e sem ônus para a Companhia.

5. Ativo financeiro de concessão
Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Estão registrados com base na aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 "Contratos de Concessão" e da Orientação Técnica OCP 05 "Contratos de Concessão" (IFRIC 12) e pronunciamento técnico CPC 48 "Instrumentos Financeiros".

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Ativo financeiro a faturar	95.093	101.702
Ativo financeiro faturado	2.550	-
Total	97.643	101.702

	31/12/2020	31/12/2019
Não circulante		
Ativo financeiro a faturar	376.058	423.151
Total	473.701	524.853

O recebimento das contraprestações está ocorrendo em 120 parcelas para a parcela pecuniária mensal (Pa) e 300 parcelas complementares mensais (Pb). Ambas as parcelas estão registradas a valor justo com base nas seguintes taxas de desconto: 11,5% aa (Pa) e 8,29% aa (Pb). O recebimento do ativo financeiro de concessão teve início em janeiro de 2013 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	524.853	578.514
Receita financeira	40.299	43.535
Recebimentos	(91.451)	(97.196)
Saldo final	473.701	524.853

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes faturados	6.860	7.200
Contas a receber de clientes a faturar	27.848	42.567
Total	34.708	49.767
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(693)	(693)
Total	34.015	49.074
Circulante	6.694	12.422
Não circulante	27.321	36.652
Total	34.015	49.074

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía em suas contas a receber o montante de R\$ 2.028 (2019 - R\$ 23.211) que se encontra vencido, mas não impaired (comprometido). Os referidos valores encontram-se em negociação e a administração da Companhia não possui expectativa de perda dos mesmos:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer (*)	32.680	26.556
Vencido de 1 a 29 dias	189	988
Vencido de 30 a 59 dias	98	567
Vencido de 60 a 179 dias	78	600
Vencido de 180 a 360 dias	228	1.732
Vencido a mais de 360 dias	1.435	19.324
Total	34.708	49.767

(*) Foi realizado um acordo entre Minas Arena e Cruzeiro Esporte Clube com relação aos valores a receber em aberto que serão pagos parceladamente a partir de 2022. Por isso podemos ver uma mudança no comportamento do aging saindo de "vencidos a mais de 360 dias" para "a vencer". Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	2019	Adições	Baixas	2020
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	693	-	-	693
Total	693	-	-	693

	2018	Adições	Baixas	2019
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	781	-	(88)	693
Total	781	-	(88)	693

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos que a companhia não espera receber.

7. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
Programa integração social a recuperar (Pis)	-	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social a Recuperar (Cofins)	1.159	1.141
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.592	1.440
Outros impostos e contribuições	32	199
Total	2.783	2.780
Circulante	1.594	1.635
Não circulante	1.189	1.145
Total	2.783	2.780

A Companhia possui expectativa de recuperação dos impostos a recuperar classificados no ativo não circulante até 31 de dezembro de 2022.

8. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2019	Adições	Baixas	Transfêrência	31/12/2020
Custo						
Equipamentos em geral		1.429	230	(60)	-	1.599
Móveis e utensílios		3.672	-	(329)	-	3.343
Instalações		193	-	(9)	-	184
Equipamentos de informática		597	315	(27)	-	885
Veículos		70	-	-	-	70
Outras		113	33	(74)	-	72
Total		6.074	578	(499)	-	6.153
Depreciação acumulada						
Equipamentos em geral	10%	(828)	(336)	53	-	(1.111)
Móveis e utensílios	10%	(2.428)	(371)	253	-	(2.546)
Instalações	10%	(126)	(19)	8	-	(137)
Equipamentos de informática	20%	(439)	(93)	28	-	(504)
Veículos	20%	(18)	(14)	-	-	(32)
Outras	20%	(81)	(12)	72	-	(21)
Total		(3.920)	(845)	414	-	(4.351)
Imobilizado líquido		2.154	(267)	(85)	-	1.802

	Taxa anual de depreciação	31/12/2018	Adições	Baixas	Transfêrência	31/12/2019
Custo						
Equipamentos em geral		1.424	5	-	-	1.429
Móveis e utensílios		3.717	20	(65)	-	3.672
Instalações		193	-	-	-	193
Equipamentos de informática		447	150	-	-	597
Veículos		47	23	-	-	70
Outras		86	27	-	-	113
Total		5.914	225	(65)	-	6.074
Depreciação acumulada						
Equipamentos em geral	10%	(685)	(143)	-	-	(828)
Móveis e utensílios	10%	(2.098)	(372)	42	-	(2.428)
Instalações	10%	(107)	(19)	-	-	(126)
Equipamentos de informática	20%	(400)	(39)	-	-	(439)
Veículos	20%	(48)	(2)	32	-	(18)
Outras	20%	(68)	(13)	-	-	(81)
Total		(3.406)	(588)	74	-	(3.920)
Imobilizado líquido		2.508	(363)	9	-	2.154

9. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Custo				
Softwares		216	9	225
Benefitorias em imóveis de terceiros		45.113	86	45.199
Total		45.329	95	45.424
Amortização acumulada				
Softwares	20%	(193)	(6)	(199)
Benefitorias em imóveis de terceiros	4%	(11.677)	(1.819)	(13.496)
Total		(11.870)	(1.825)	(13.695)
Intangível líquido		33.459	(1.730)	31.729

	Taxa anual de amortização	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Custo				
Softwares		192	24	216
Benefitorias em imóveis de terceiros		44.775	338	45.113
Total		44.967	362	45.329
Amortização acumulada				
Softwares	20%	(190)	(3)	(193)
Benefitorias em imóveis de terceiros	4%	(9.866)	(1.811)	(11.677)
Total		(10.056)	(1.814)	(11.870)
Intangível líquido		34.911	(1.452)	33.459

10. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de materiais	2.565	2.939
Outros fornecedores	156	52
Provisão para serviços prestados a faturar (a)	1.015	436
Total	3.736	3.427

(a) Para atendimento ao regime de competência contábil registra os serviços que foram medidos/prestados, mas cujas notas fiscais ainda não foram emitidas.

11. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	31/12/2020	31/12/2019
Crédito industrial - BNDES	TJLP + 2,34% a.a.	-	214.564
Banco Itaú	100% CDI com taxa fixa 2,30% a.a.	176.884	-
Total		176.884	214.564
Circulante		39.779	40.380
Não circulante		137.105	174.184
Total		176.884	214.564

Garantias
Os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por:
• Direito de recebimento da integralidade da receita proveniente do Contrato de PPP;
• Todos os demais direitos da beneficiária emergentes sob contrato de PPP;
• Totalidade dos direitos creditórios, presentes ou futuros, detidos pela beneficiária.

Escalonamento dos empréstimos e financiamentos
Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	39.171
2022	46.159	46.159
2023 e acima	90.946	88.854
Total	137.105	174.184

Cláusulas restritivas
O contrato prevê que a distribuição de quaisquer recursos aos seus acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título, ocorrerá com anuidade tácita do credor caso o índice for inferior 1,30, se o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) seja igual ou superior a 1,30 considera anuidade tácita do credor.

A Companhia realizou distribuição de dividendos durante o ano de 2020, com base no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. O ICSD calculado para o período foi de:
• 31/12/2019: 1,71;
• 31/12/2020: 2,42;

Movimentação

	Saldo 31/12/2019	Capitalização	Amortização	Juros provisionados	Saldo 31/12/2020
Empréstimos					
Crédito industrial - BNDES	213.884	(213.884)	-	-	-
Juros BNDES	680	(9.159)	-	8.479	-
Banco Itaú	-	193.000	(16.440)	-	176.560
Juros Itaú	-	-	(2.952)	3.276	

MINEIRO	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	31/12/2020 31/12/2019
Constituição da reserva legal	(949) 16.770
Transferência para reserva de subvenção	- (839)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	(15.931)
Adicionalmente a Companhia aprovou em 2020 a distribuição de R\$27.000 de dividendos com base no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os pagamentos ocorreram em outubro e dezembro de 2020. Todo saldo utilizado da reserva de subvenção foi oferecido a tributação conforme Lei nº 12.973, de 2014. A conciliação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.763
Distribuição de dividendos	29.000
Pagamentos efetuados	(32.763)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Distribuição de dividendos	27.000
Pagamentos efetuados	(27.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
16. Adiantamento de clientes	
Refere-se a desconto de desempenho da Concessionária apurado para o 4º trimestre de 2020 a ser aplicado no faturamento de períodos subsequentes nos termos do contrato de PPP.	
17. Receita	
A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:	
Receita de operação (a)	31/12/2020 31/12/2019
Atualização do ativo financeiro (b)	7.547 29.971
Impostos e contribuições (c)	(8.464) (12.521)
Total	41.801 66.708
(a) A receita de operação reflete os valores arrecadados a título de parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão, bem como a venda de ingressos para partidas de futebol, a realização de eventos comerciais, aluguel de áreas e instalações e exploração de outras fontes de receita do Estádio;	
(b) Refere-se a atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro;	
(c) Os impostos e contribuições incidentes na receita de operação referem-se ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Serviços (ISS).	
18. Custos e despesas por natureza	
Pessoal	31/12/2020 31/12/2019
Serviços públicos	(13.742) (13.026)
Despesa com manutenção	(1.568) (2.579)
Serviços de terceiros	(4.170) (7.432)
Materiais	(1.122) (2.499)
Depreciação e amortização	(727) (1.324)
Propaganda e publicidade	(2.670) (2.328)
Outros	(559) (3.405)
Total do custo e despesas administrativas	(28.751) (37.670)
Custos dos serviços prestados	(15.861) (21.552)
Despesas gerais e administrativas	(12.890) (16.118)
Total	(28.751) (37.670)

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.	
CNPJ nº 13.012.956/0001-55	
19. Resultado financeiro	
Receita financeira	
Juros sobre aplicação financeira	31/12/2020 31/12/2019
Juros de mora e descontos obtidos	471 927
Variação monetária ativa	133 204
Juros e Multa Contratual	- -
Outras receitas financeiras	87 74
Total	691 15.276
Despesa financeira	
Despesas e comissões bancárias	(226) (307)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(11.755) (18.762)
Juros de mora	(12) (65)
Variação monetária passiva	(1) (753)
Outras despesas financeiras	(2.680) (6.159)
Total	(14.674) (26.046)
Resultado financeiro	(13.983) (10.770)
20. Gestão de risco financeiro	
20.1. Fatores de risco financeiro	
As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.	
A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.	
Risco de mercado	
Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros.	
O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de longo prazo. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.	
Durante 2020 e 2019, as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais.	
Risco de crédito	
O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos em bancos bem como de exposições de crédito a clientes. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência superior ao valor já provisionado.	
Risco de liquidez	
A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida,	

33	
cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias legais.	
O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.	
20.2. Gestão de capital	
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.	
Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.	
Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumarizados:	
	31/12/2020 31/12/2019
Total dos empréstimos e financiamentos	176.884 214.564
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(13.228) (17.009)
Dívida líquida	163.656 197.555
Total do patrimônio líquido	349.320 377.269
Capital total (patrimônio líquido + dívida líquida)	512.976 574.824
Índice de alavancagem financeira - %	31,90% 34,37%
20.3. Estimativa de valor justo	
Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.	
21. Seguros (não auditado)	
Em 31 de dezembro, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:	
	Montante da Cobertura
	31/12/2020 31/12/2019
Bens segurados	Riscos cobertos
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil
Patrimônio e estoques	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça/lucros cessantes
	400.000 400.000
O escopo dos trabalhos de nosso auditor independente não inclui a emissão de opinião sobre a abrangência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.	
Diretoria Executiva	Contadora:
André Luis Santana Moraes	Gleice de Cássia Barbosa
Samuel Henrique Cornélio Lloyd	CRC/MG 070094/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e acionistas da **Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A.**, Belo Horizonte - MG.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por nós, que emitimos relatório em 09 de março de 2020 com uma ênfase sobre o fato de a Companhia possuir em andamento um processo investigatório conduzido pelo Ministério Público de Minas Gerais decorrente de representação realizada por terceiro contra a Companhia e não havia como determinar o desfecho desse processo.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, este processo encontra-se encerrado conforme consulta realizada no site do Ministério Público de Minas Gerais.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 01 de março de 2021.

Daniel Menezes Vieira
 CRC IMG-078.081/O-1

Grant Thornton
 Grant Thornton Auditores Independentes
 CRC 2SP-025.583/O-1

ÁQUILA ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA	
CNPJ: 25.370.511/0001-26 - NIRE: 31206914992	
Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Sócios as demonstrações contábeis e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A Administração coloca-se à disposição dos Prezados Sócios para os esclarecimentos que se fizerem necessários.	
Balanço patrimonial em 31/12/2020 e 2019 (Em R\$)	
	31/12/2020 31/12/2019
ATIVO	4.853.620 4.445.544
CIRCULANTE	445.772 261.998
Caixa e equivalentes de caixa	348.584 36.570
Créditos de terceiros	96.495 224.802
Impostos a recuperar	693 181
Despesas antecipadas	- 445
NÃO CIRCULANTE	4.407.848 4.183.546
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	104.010 104.010
Depósitos judiciais	104.010 104.010
INVESTIMENTOS	3.718.507 3.718.507
IMOBILIZADO	585.331 361.029
PASSIVO	4.853.620 4.445.544
CIRCULANTE	1.893.465 1.917.905
Fornecedores	27.499 43.019
Empréstimos e financiamentos	600.502 577.561
Obrigações trabalhistas	945.971 1.007.543
Tributos a recolher	286.591 266.408
Adiantamentos de clientes	97 459
Outras obrigações	32.805 22.915
NÃO CIRCULANTE	63.054 -
Outras obrigações	63.054 -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.897.101 2.527.639
Capital social	320.000 320.000
Lucros acumulados	2.577.101 2.207.639

Demonstração de resultado em 31/12/2020 e 2019 (Em R\$)	
	31/12/2020 31/12/2019
Receita Operacional Líquida	9.269.829 9.191.270
Custos das vendas de serviços prestados	(3.176.307) (3.480.748)
Lucro Bruto	6.093.522 5.710.522
Despesas com vendas	(2.210.260) (2.495.312)
Despesas administrativas	(1.456.260) (1.553.909)
Depreciações e amortizações	(56.708) (22.909)
Outras receitas operacionais, líquidas	68.119 190.421
Lucro operac. antes dos resultados financ.	2.438.413 1.828.813
Receitas financeiras	803 2.865
Despesas financeiras	(19.067) (29.795)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(18.264) (26.930)
Lucro antes do I.R. e da C.S.	2.420.149 1.801.883
(-) C.S.	(218.284) (158.806)
(-) I.R.	(582.403) (417.128)
Resultado Líquido do Exercício	1.619.462 1.225.949
Atribuível a:	
Acionista controlador	403.246 305.261
Participação dos não controladores	1.216.216 920.688
	1.619.462 1.225.949

objeto social a administração e corretagem de seguros. A Cia. é controlada pela J. L. Braz Participações S/A. 2. Apresentação das DFs: A emissão dessas DFs foi autorizada pela Diretoria em 25/02/2021. 2.1. **Declaração de conformidade:** As DFs foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação em vigor. 2.2. **Base de mensuração:** As DFs foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. 2.3. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As DFs são apresentadas em Real, moeda funcional da Cia. 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a administração da Cia. é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas. 3. **Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis, abaixo detalhadas, estão sendo aplicadas de maneira linear em todos os exercícios apresentadas nessas DFs. a) **Auração do resultado:** Foi adotado o regime de competência dos exercícios para elaboração das DFs e auração dos resultados. a.1) **Reconhecimento da receita:** As receitas auferidas re-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2020 e 2019 (Em R\$)	
	31/12/2020 31/12/2019
Descrição	Capital Social Lucros Acumulados Total
Saldo em 31.12.2018	320.000 1.981.690 2.301.690
Resultado do exercício	1.225.949 1.225.949
Distribuições aos sócios	(1.000.000) (1.000.000)
Saldo em 31.12.2019	320.000 2.207.639 2.527.639
Resultado do exercício	1.619.462 1.619.462
Distribuições aos sócios	(1.250.000) (1.250.000)
Saldo em 31.12.2020	320.000 2.577.101 2.897.101

presentam os ingressos brutos recebidos ou a receber pela venda das mercadorias e serviços, das intermediações e mediações de negócios e se dão da seguinte forma: **I) Das prestações de serviços:** Quando o valor das prestações de serviços e os custos são mensuráveis de forma confiável, seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Cia. e, os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Os itens de caixa e equivalentes de caixa são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes. **c) Contas a receber:** As contas a receber estão refletidas pelo valor presente estimado de realização. A estimativa de perda do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Cia. não irá arrecadar os valores devidos. **d) Investimentos, acrescidos, quando aplicável, da estimativa de perda por desvalorização.** **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas a valor recuperável (*impairment*), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica dos bens. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. **f) Demais passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são regis-

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2020 e 2019 (Em R\$)	
	31/12/2020 31/12/2019
I. Das Atividades Operacionais	1.820.083 986.764
A-Provenientes das Operações:	1.676.170 1.197.093
Lucro líquido acumulado do exercício	1.619.462 1.225.949
Depreciação/amortização	56.708 22.909
Reversão de provisão conting./impairment	- (51.765)
B-Acrésc./Decréc. nos Ativos e Passivos:	143.913 (210.329)
Pelo (aum.) dimin. do contas a receber	- 1.547
Pelo (aum.) dimin. de outros créditos	127.795 (151.770)
Pelo (aum.) dimin. da conta de desp. antec.	445 410
Pelo (aum.) dimin. do realizável a L.P.	- (1.395)
Pelo (aum.) dimin. da conta de fornecedores	(15.520) 4.941
Pelo (aum.) dimin. do contas a pagar	(31.861) (5.619)
Pelo aumento (dimin.) de outros valores-passivo não circulante	63.054 (58.443)
2-Das atividades de investimentos	(281.010) (29.086)
Pela aquisição de imobilizado	(281.010) (29.086)
3-Das atividades de financiamentos	(1.227.059) (950.508)
Aumento (redução) de empréstimo e financiamento-passivo circulante	22.941 89.492
Pagamento de lucros aos sócios	(1.250.000) (1.040.000)
4-Aum./red. líq. de caixa e equiv. de caixa	312.014 7.170
5-Demonstração do aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	312.014 7.170
I. Caixa e equiv. de caixa no início do período	36.570 29.400
II. Caixa e equiv. de caixa no final do período	348.584 36.570

trados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **g) I.R. e C.S.:** A Cia. é optante pelo Lucro Real como regime de tributação, calculando a apuração mensal por balanço de suspensão/redução em conformidade à legislação em vigor. **Paulo Anchieta Goulart Filho** / Administrador / CPF/MF nº: 431.043.637-49 **Arêtha das Graças Vardiero Berizoni** / Contador / CRC/MG nº: RJ-108421/RJ / CPF/MF nº: 054.979.916-88

"As demonstrações contábeis foram auditadas pela Baker Tilly Brasil/ MG-auditores independentes CRC/MG 005455/O-1".

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO - MURIAÉ - MG

Pregão Presencial nº 030/2021 - Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de locação de caminhão truck compactador de lixo, caminhão toco compactador de lixo, e serviço de transporte de resíduos sólidos até o Aterro Sanitário contratado, incluindo todas as despesas para a manutenção dos veículos serão por conta da contratada, manutenção, combustíveis, aditivos de combustíveis, pneus e outras despesas para o desempenhos

dos serviços reativos a manutenção das atividades do Setor de Limpeza Urbana. Entrega dos envelopes de documentação e proposta até o dia 03/05/2021 às 08:00 horas com abertura neste mesmo dia e horário na Av. Maestro Sansão, nº 236 - 2º Andar (Sala de Licitação do DEMSUR) - bairro Centro - Muriaé - MG - CEP 36.880-002. Edital disponível a partir de 20/04/2021 - informações pelo site www.demsur.com.br ou pelo telefone (32) 3696-3459 - Maria Da Consolação Tanus Pampolini Freitas - Diretora Geral do DEMSUR.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DAS VERTENTES-CISVER

torna público que em decorrência da disseminação da pandemia do novo coronavírus chamado de Sars-Cov-2 (Covid-19) e considerando as medidas de controle do MINAS CONSCIENTE com a criação da ONDA ROXA que continuará a ser seguida em nossa região a partir do dia 17/04/2021, resolve remarcar a abertura dos envelopes de proposta de preços e habilitação do proc lic nº 19/2021 preg pres nº 01/2021 do tipo menor preço por item objetivando o registro de preços para

eventual e futura aquisição de materiais e equipamentos de dados e correlatos de informática em atendimento à Casa Lar Regional e CISVER para o dia 06 de maio de 2021 às 09h na sede do CISVER. O referido edital com as devidas alterações poderá ser retirado no site www.cisver.mg.gov.br e dúvidas pelo telefone (32) 3372-1011. SJDR, MG, 16 de abril de 2021. William Antônio de Aguiar, Pregoeiro.

